



HABITAR E RESISTIR:

A participação da mulher na construção da moradia

Bianca Mota¹

Gabrielly Carvalho²

Gustavo Reis Machado³

RESUMO

Com o inchaço das grandes e médias cidades, por vezes consequência de uma intensa industrialização, a paisagem urbana se mostra de forma desigual. O envolvimento do Estado e de profissionais técnicos não são presentes na maioria dos bairros, tão pouco, nas pequenas cidades. Em conjunto com a problemática da produção do espaço, outro ponto evidente no processo de produção dos espaços desiguais, entram as questões que abordam o gênero. As mulheres são personagens principais no espaço social, porém possuem menores oportunidades. O presente estudo destaca a participação de instituições e organizações não governamentais em ações voltadas à valorização e capacitação do trabalho da mulher na construção de moradias, desempenhando novos conceitos e habilidades para a prática da autoconstrução. Essa pesquisa busca pontuar ações de dois projetos - Arquitetura na Periferia e Manas ao Trabalho, ambos realizados no estado de Minas Gerais, com ações semelhantes, voltadas a proporcionar uma maior autonomia à mulher, tanto na construção da própria moradia, quanto na capacitação para o trabalho, promovendo um aumento da autoestima e melhoria e/ou a construção de moradias dignas.

Palavras-chave: Moradia; Autonomia; Capacitação; Valorização da Mulher.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário UNA de Pouso Alegre. E-mail: biancamota.arquitetura@gmail.com.br

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário UNA de Pouso Alegre. E-mail: gabrielly.mdf98@gmail.com

³ Mestre em Ensino e História da Ciências da Terra, UNICAMP e Professor no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais e no Centro Universitário UNA de Pouso Alegre. E-mail: gustavo.machado@ifsuldeminas.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Ao observarmos as cidades contemporâneas, notamos a presença de diversificadas dinâmicas socioespaciais. Por vezes, as delimitações oriundas de planejamento de interesses, que fomentam uma divisão da cidade, intensifica a segregação por classes e fortalece as desigualdades, demonstrando ainda mais a ausência do estado. O direito à moradia é destinado a todo ser humano, assim como o direito à Cidade, ambos legitimados pela Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), e reafirmado nacionalmente na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257 (BRASIL, 2001) e na Carta Mundial do Direito às Cidades (BRASIL, 2005).

Com a influência do poder econômico incidindo diretamente no desenvolvimento da cidade, aqueles que não possuem condições para adquirir sua moradia, de acordo com os propósitos do mercado, são sujeitos a ocuparem as terras de forma irregular, que em via de regra, são locais de pouca comunicação com a cidade idealizada.

É fato que a qualidade da moradia está vinculada diretamente com o processo de desenvolvimento humano. Apesar disso, mesmo diante de tanta importância, a moradia está longe de ser um direito de todos, fato que evidencia a segregação do território nas cidades (MARICATO, 2002; BONDUKI, 1998; VILLAÇA, 1986).

O valor da terra atinge de maneira incongruente a população que habita as cidades. Todavia, não só os problemas da moradia afligem essa parcela da população, entre os múltiplos problemas, destacam-se as questões de gênero. Bourdieu (2001) destaca que a divisão de gêneros possui três instâncias principais, sendo elas: a família, a igreja e a escola. Essas instituições agem no inconsciente da sociedade, fazendo com que a percepção da desigualdade pareça algo natural ao ponto de ser inevitável.

Nestes ambientes ou como qualquer outro, a mulher é vista como subordinada ao trabalho doméstico, não possuindo destreza ou nenhuma habilidade para exercer trabalhos normalmente efetuados por homens, divisão sexual esta que vem de representações culturais (AMARO; FILHO; SANTOS, 2016).

O objetivo deste levantamento é evidenciar a participação de Organizações Não Governamentais – ONG e de Grupos Institucionais, na capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade social, para o trabalho na construção civil e na melhoria e/ou construção das suas moradias, bem como da comunidade que elas ocupam.

Por meio do levantamento bibliográfico e documental foi possível compreender as ações com maior relevância no estado de Minas Gerais, com destaque para os trabalhos desenvolvidos pela ONG Arquitetura na Periferia e pelos Projeto de Manas ao Trabalho; promovido pela extensão universitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre.

O trabalho desses dois grupos tem como semelhança a busca pela inserção da mulher na conquista da moradia digna, do trabalho e da independência. Inserindo a mulher em um lugar de liderança e de representatividade, perante o seu grupo familiar e a comunidade na qual está inserida.

2 A necessidade de habitar e resistir

Com o crescimento desenfreado das cidades e as áreas urbanizadas cada vez mais caras, parte da sociedade, a que não possui renda suficiente para aquisição dessas moradias na cidade formal, ocupa as áreas sem valor comercial, como encostas, bordas de rios e córregos, dando origem às favelas, aos aglomerados por vezes disformes, aos cortiços, espaços definidos como o espaço de ausência de atenção do Estado, destituídos de infraestrutura urbana e entendidos pelo restante da população como a cidade informal.

A evolução das favelas no Brasil pode ajudar a elucidar o desenvolvimento do espaço nas cidades, uma vez que essas comunidades acompanharam o processo de urbanização da sociedade, que se deu, praticamente, durante todo o século XX, e como esses “guetos” foram determinados pelo modo como se deu a industrialização e a reprodução dos trabalhadores, a partir da emergência do trabalho livre. A industrialização se consolidou com salários deprimidos e grande parte dos trabalhadores não se integraram ao mercado de trabalho formal. Assim, a moradia também não foi obtida regularmente via mercado imobiliário (MARICATO, 2002).

A habitação é um dos temas mais discutidos por Villaça (1986), pois, segundo o autor, essa importância é evidenciada pelo fato de a moradia afirmar-se como uma das necessidades básicas do ser humano, onde deverão ser desenvolvidas as relações sociais, assim como se definem como abrigo e proteção aos fenômenos naturais.

[...] todo ser humano precisa de abrigo e proteção contra as intempéries e outras agressões da natureza, e mesmo contra as agressões de seus semelhantes; precisa de privacidade e de abrigo para desenvolver sua vida individual, familiar e social. O

problema que os homens têm que enfrentar para conseguir esse abrigo – a habitação – é o “problema habitacional (VILLAÇA, 1986, p.3).

O Brasil, possui uma grande desigualdade social desde o seu processo colonização, agravada após diversas ações neoliberais do Estado. A produção na paisagem construída, principalmente em grandes e médias cidades, evidencia o descaso do mesmo, pela falta de infraestrutura básica. Ademais, outra característica marcante é a falta de assessoria e assistência técnica nas construções das moradias. São inúmeras as pessoas que constroem sem auxílio de profissionais habilitados, muitas vezes por demonstrarem um desconhecimento desse direito.

Arquiteto é visto como artigo de luxo. A falta de entendimento da população em geral, sobre o que o arquiteto faz, é cultural. A quebra desse paradigma somente se dará com a aproximação do arquiteto e urbanista em todas as camadas da sociedade (JOSEFIDES, 2017, p.2).

A arquitetura e o urbanismo precisam ser compreendidos como instrumentos de transformação do espaço habitado, independente do território ao qual eles se constroem e são aplicados, dessa forma o acesso deve ser ressignificado. O acesso ao profissional técnico é um direito de todo o cidadão, garantido na Lei nº. 11.888 (BRASIL, 2008), assegurando que as famílias com até três salários mínimos tenham acesso de forma pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social.

A assistência técnica constitui a busca de soluções para um determinado projeto ou obra de habitações que, através de diálogos com os respectivos moradores, proporcionem uma moradia mais adequada. O uso da assistência técnica em meios sociais tem como base tornar a arquitetura mais inclusiva e útil sem fugir da realidade da maioria absoluta da população. (CARDOSO; AMORE, 2018)

Para que a arquitetura seja possível, é necessário ter uma perspectiva mais ampla englobando diversos agentes e conflitos para entender o problema da habitação no país, em que necessidades específicas necessitam de soluções diferenciadas, onde diversas vezes os arquitetos e urbanistas devem se unir a outros grupos em um prol comum. (CARDOSO; AMORE, 2018)

A formação social do Brasil teve como base o modelo de família patriarcal, no qual o homem detinha o poder primário em função de liderança política, privilégio social e controle das propriedades, no qual a figura paterna tinha autoridade sobre a mulher e as crianças. Porém, no final do século passado esse sistema veio se enfraquecendo devido às revoluções

de grupos feministas, adotando uma visão diferente entre o homem e a mulher, causando um impacto na sociedade principalmente relacionadas a trabalho. (ZAULI *et al.*, 2013).

A ingressão feminina no mercado de trabalho no Brasil é considerada relativamente recente, embora a luta por direitos iguais tenha tido início a mais tempo em outros países. (AMARO; FILHO; SANTOS, 2016)

O avanço da mulher no mercado de trabalho contradiz o modelo de família “tradicional” no qual se consiste em ser “dona de casa”. Apesar de haver uma grande evolução no mercado de trabalho em setores majoritariamente masculinos, ainda há uma grande defasagem entre os gêneros.

Tabela 1: Emprego de acordo com o gênero.

SEXO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA
HOMEM	24.135	25.753	26.908	27.302	28.004	28.134	27.062	25.798	25.912	26.085	173	0,67%
MULHER	17.073	18.316	19.402	20.157	20.945	21.438	20.999	20.263	20.369	20.546	177	0,87%
TOTAL	41.208	44.069	46.310	47.459	48.949	49.572	48.061	46.061	46.281	46.631	350	0,76%

Fonte: Economia (2019)

De acordo com dados da Economia (2019), é possível observar o crescimento feminino entre os anos de 2009 a 2018 em empregos formais, porém, mesmo com uma variação maior de crescimento o gênero feminino, ainda não possui igualdade no mercado de trabalho.

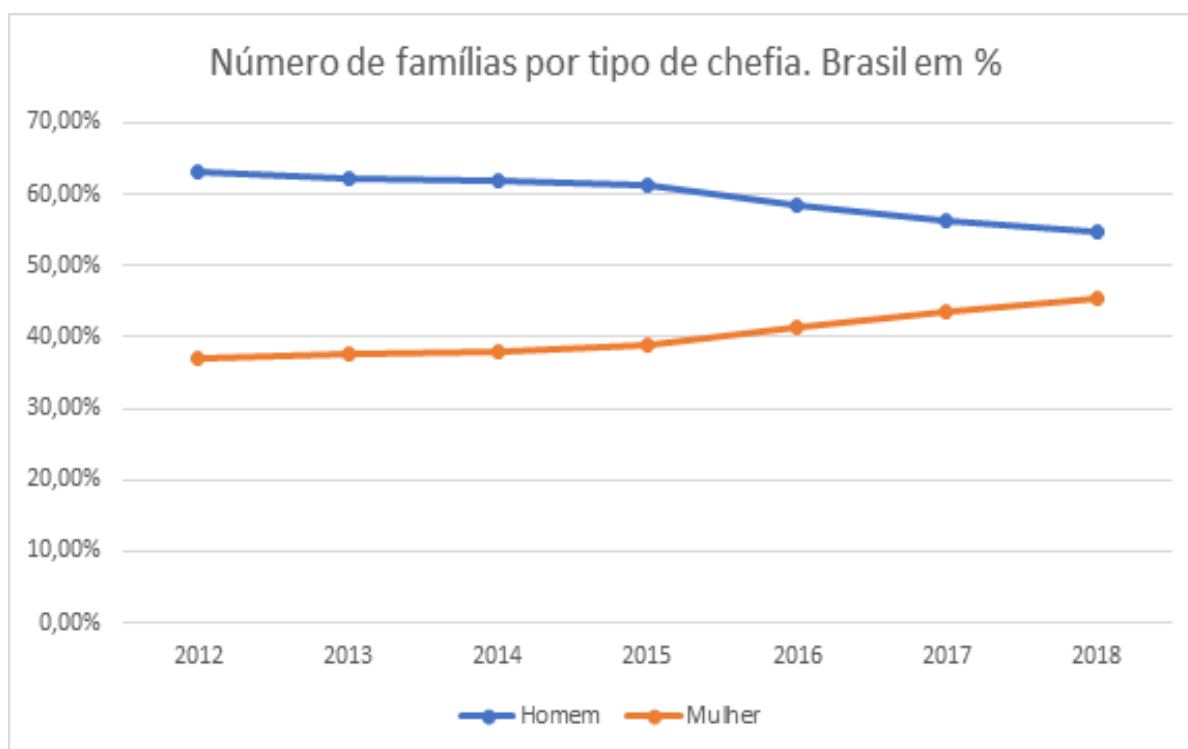
A igualdade de gênero é substancialmente uma questão de poder. Séculos de discriminação e patriarcado profundamente arraigados criaram uma desigualdade de poder entre os gêneros em nossas economias, sistemas políticos e corporações.

As últimas décadas vêm sendo marcadas por diversas transformações, entre elas econômicas, sociais e demográficas, no qual a figura de chefia possui uma maior participação feminina, diversificando o perfil das famílias brasileiras.

Segundo Cavenaghi e Alves (2018), entende-se como mulher responsável pelo domicílio, aquelas cujo arranjo familiar compreende em casal com ou sem filho, mães solteiras e mulheres que moram sozinhas na qual a mulher é a principal fonte de renda da casa.

A Figura 1 apresenta um gráfico que demonstra a distribuição das famílias chefiadas por mulheres e homens no Brasil entre os anos de 2012 a 2018. Pode-se observar que houve um aumento nas famílias chefiadas por mulheres, passando de 36,95% em 2012 para 45,30% em 2018, enquanto as famílias chefiadas por homens diminuíram de 63,05% em 2012 para 54,70% em 2018. Há uma aproximação ao longo dos anos em que mulheres vêm se tornando provedoras do sustento de suas famílias.

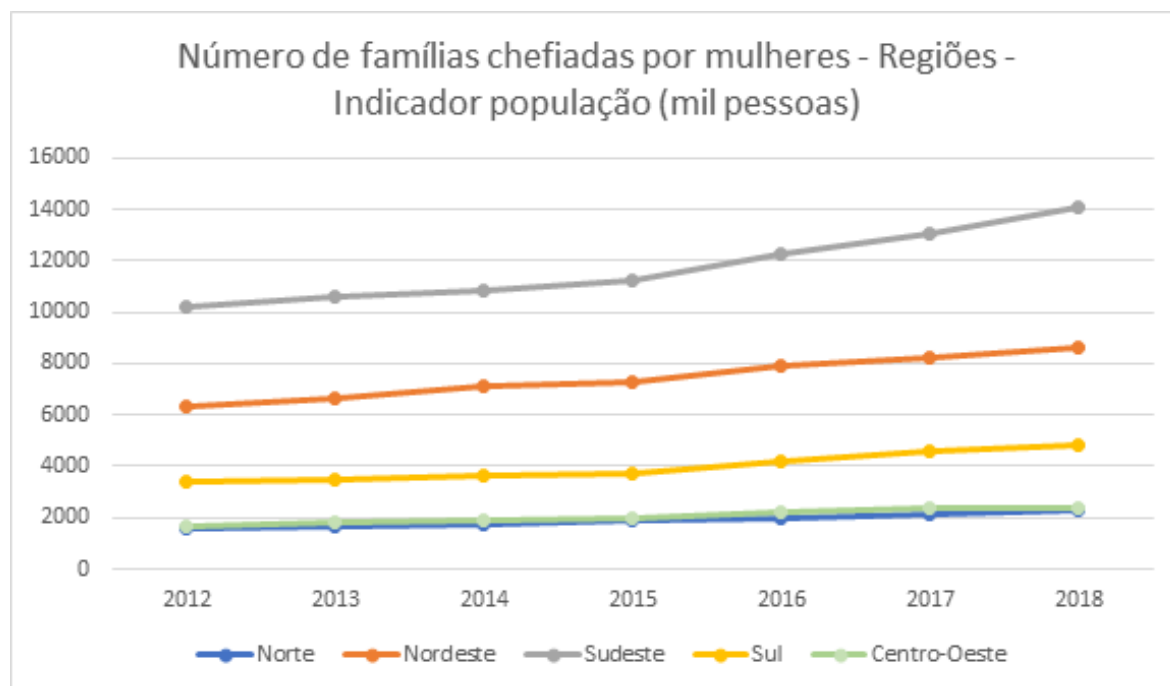
Figura 1: Gráfico do número de famílias por tipo de chefia no Brasil em %



Fonte: Adaptado de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD Contínua - IBGE (2018)

Na Figura 2, o gráfico apresenta dados de famílias chefiadas por mulheres por região do país dentro do mesmo período, onde observa-se que a região Sudeste teve um crescimento em números absolutos superior às demais regiões, com crescimento relativo de 38,02%. A região Nordeste possui o segundo maior valor absoluto, com crescimento relativo de 36,30%. Em terceiro lugar vem a região Sul, com crescimento relativo de 42,88%. A região Norte possui o maior crescimento relativo de 44,70%, porém, em números absolutos, fica apenas a frente da região Centro-Oeste, que possui menor número absoluto e crescimento relativo de 40,99%.

Figura 2: Gráfico do número de famílias chefiadas por mulheres por Região do país.



Fonte: Adaptado de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD Contínua - IBGE (2018)

O município de Pouso Alegre está localizado na mesorregião do Sul e Sudeste de Minas, sendo a maior em população na sua microrregião, possuindo uma grande influência nos municípios circunvizinhos. Com uma população de 145.535 habitantes, é a segunda maior cidade em termos demográficos no Sul de Minas Gerais (IBGE, 2018).

Com uma localização privilegiada, próximo à Rodovia Fernão Dias, o município mantém fortes relações econômicas com o estado de São Paulo e Rio de Janeiro. A indústria é diversificada, principalmente no ramo da indústria farmacêutica, de alimentos e fabricação e montagem de máquinas pesadas, sendo a cidade com o maior investimento chinês da América Latina.

A forte economia do município de Pouso Alegre faz com que pessoas de todo o Brasil e de outros países sejam atraídos pelas oportunidades de trabalho e a esperança de uma vida melhor. Esses fenômenos de imigração e emigração, fazem com que o município tenha uma grande diversidade populacional. Toda essa diversidade pode ser vista nas formas de morar e habitar a cidade.

Mesmo sendo considerada uma cidade de porte médio, pelo número de habitantes, as dinâmicas socioespaciais do município de Pouso Alegre são por vezes análogos ao de grandes cidades, como a própria capital do estado, Belo Horizonte.

A polarização nos municípios menores circunvizinhos - praticamente conurbados, e a ocupação de áreas impróprias para a habitação - áreas de alagamentos, são exemplos de um processo de urbanização rápido e sem planejamento.

A participação do terceiro setor, assim como entidades de educação pública, atua na promoção de um desenvolvimento socioeconômico na região de Pouso Alegre, em destaque para o IFSULDEMINAS, a única instituição pública de ensino federal na microrregião, que inspirado em projetos desenvolvidos na capital mineira, executa um projeto de extensão com foco na capacitação e empreendedorismo de mulheres no âmbito da construção civil.

Ainda que a mulher seja a protagonista responsável pela conservação e manutenção dos ambientes da moradia e pelos cuidados com a família, ela é excluída dos processos de decisão acerca da construção dos mesmos. A promoção de ações de desenvolvimento profissional, promovida por ONG's e grupos institucionais, podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dessas mulheres, suas famílias e a comunidade.

Dentre os movimentos populares urbanos, a luta pela moradia continuou a ter a centralidade como a luta popular mais organizada. Uma parte dela tornou-se bastante institucionalizada, atuando no plano jurídico, via suas assessorias, obtendo conquistas importantes como o já citado Estatuto da Cidade. Outra parte migrou com suas assessorias para as ONGs, participando de projetos institucionais, tais como as cooperativas de ajuda mútua e autogestão, assim como várias alas do movimento das favelas, que passaram a ter projetos de reurbanização, remoção ou transferência para projetos do poder público (GOHN, 2004).

A inquietação e o incômodo sobre a visão do papel da mulher nas escolhas dentro dos processos de construção de suas moradias, aliado a forma de como o campo da arquitetura atingia as mais diversas camadas da sociedade, fez com que a profissional Carina Guedes, vencedora do 13º Prêmio Arquiteto e Urbanista do Ano – categoria Setor Privado -, da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), voltasse à universidade no ano de 2013 para estudar e entender melhor os motivos que impediam o acesso da população aos serviços prestados pelos arquitetos e urbanistas. Seu principal questionamento desde então, passou a ser, como exercer a profissão de forma que os serviços cheguem aos moradores das periferias.

Mendonça (2014) desenvolveu um método de assessoria técnica para a melhoria das condições de moradia de mulheres das periferias. Ao voltar o olhar para as famílias mais necessitadas, notou-se uma carência de políticas públicas eficazes que atendam de fato, essa camada da sociedade. Outro ponto de destaque é a ausência de investimentos necessários na área.

Com o objetivo de ajudar a transformar o lar de mulheres de baixíssima renda, o projeto Arquitetura na Periferia apresenta um processo de assessoria técnica com foco na autonomia dos participantes, onde recebem as devidas informações e conhecimento para que possam ampliar as possibilidades e fazer escolhas. Fugindo da forma convencional, os participantes do programa não se tornam apenas clientes, mas sim, protagonistas da própria obra.

Tudo isso se torna possível a partir da análise de que é sim possível oferecer a uma camada socialmente suprimida, os serviços de assessoria técnica de arquitetura. Para isso, é preciso apenas olhar diferente sobre os modos já estabelecidos, reestruturar os procedimentos e as técnicas profissionais, sem nenhuma dependência de fundos públicos.

Figura 3: Projeto Arquitetura na periferia



Fonte: ArchDaily Brasil (2017)

Dentro do processo, o trabalho em grupo tem total relevância, pois a troca de aprendizados e informações faz do projeto uma boa maneira para aprender e colocar em prática, uma vez que as moradias são autoproduzidas, considerando a autoprodução, o processo de construção em que os próprios moradores decidem e gerem a produção do espaço, podendo ser eles os construtores (autoconstrução) ou terceiros (KAPP *et al.*, 2009 *apud* MENDONÇA, 2014).

O projeto Arquitetura na Periferia, demonstrado na Figura 3, é desenvolvido em três etapas: mobilização, planejamento e acompanhamento. A primeira consiste na formação de um grupo com três a seis integrantes, que passa por reuniões e rodas de conversas nas comunidades. A segunda etapa, com duração de quatro a seis meses, exige encontros semanais com as participantes para a realização de oficinas. São feitos desenhos, medições, levantamentos quantitativos, planejamento de obras, discussões de projeto, oficinas de construção e analisadas as finanças pessoais das famílias. Já a terceira e última etapa ocorre quando se iniciam as obras. O projeto já capacitou e beneficiou muitas mulheres, que agora, tem vez e voz na tomada de decisões na construção de suas moradias.

O projeto Manas ao Trabalho, é uma ação de extensão universitária do curso de Engenharia Civil, do IFSULDEMINAS, Campus Pouso Alegre. Com cerca de 20 mulheres matriculadas, o curso promove ações de capacitação - teórico e prática, para que essas mulheres possam ter uma inserção no mercado, assim como atuar na melhoria das condições físicas e estruturais de suas e em outras moradias da comunidade.

Figura 4: Aula Inaugural do Projeto de Extensão Manas ao Trabalho.



Fonte: IFSULDEMINAS- Campus Pouso Alegre (2020)

Ministrado em módulos, o curso contempla reparos hidráulicos, elétricos, de alvenaria e acabamento, além de noções de empreendedorismo - focado na autonomia do trabalho e geração de renda e tópicos humanizados que buscam abordar assuntos voltados a questões de gênero, direito e saúde da mulher.

Sendo assim, o projeto parte do pressuposto que a autonomia e a igualdade no mundo do trabalho trazem como consequência a independência financeira, possibilitando às mulheres a transformação das próprias vidas e do meio onde elas vivem, sendo o empoderamento um dos principais quesitos para tal mudança.

3 Considerações Finais

A partir do presente estudo, houve um início de aprofundamento teórico sobre a atuação, valorização e capacitação do trabalho feminino na construção das suas próprias moradias e como a participação de instituições e organizações não governamentais vem quebrando paradigmas. A amplitude e complexidade trazida pelo campo da igualdade de gênero na construção civil, nos remete a necessidade de planejar espaços e ações de reflexão e atuação que articulem formas diferenciadas para inclusão da figura feminina no campo da construção civil, incentivando a valorização da mulher na tomada de decisões e na autoprodução de seus lares.

Quando tratado o papel da mulher como chefe de família, evidencia-se que neste deve ocorrer uma concordância e conformidade para atuação no campo de decisões, escolhas e contribuição na construção de suas moradias. Essa atuação, deve resultar no crescimento do número de mulheres tecnicamente capacitadas no campo da construção civil e no empoderamento feminino, não só como agentes atuando na transformação de moradias, mas transformando também, perspectivas machistas de uma sociedade que enfatiza a figura masculina no canteiro de obras.

Lançando um olhar para estas adversidades, pode-se afirmar que há espaço para a inserção da figura feminina na paisagem da construção. Entretanto, isso será possível devido à prática da reformulação dos procedimentos profissionais convencionais, através de ações e programas que incentivem as mulheres a trocarem conhecimentos sobre técnicas dos processos construtivos e sobre seu valor nesta atuação.

Essa disponibilidade para o aprendizado mútuo é um caminho percorrido no fazer cotidiano. Um caminho que tem um ponto de partida – que é a busca do conhecimento, da informação qualificada, da compreensão dos aspectos de técnicas construtivas, do interagir com o outro, do empoderamento – é uma meta a ser atingida, como conquista da autonomia da figura feminina.

A busca por uma moradia que proponha uma proteção das intempéries e acolha as relações sociais do grupo familiar, em territórios excluídos pelo mercado e fora do olhar do Estado, faz com que grupos e instituições proponham a construção de habitações e ou a adequação desses espaços, ao mesmo tempo que dialogam com a promoção de uma igualdade e, por sua vez, uma valorização da figura da mulher.

4 Referências

AMARO, M. ; FILHO, L. A. D. S.; SANTOS, F. V. D. A mulher no mercado de trabalho formal da construção civil brasileira. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador , v. 1, p. 132-152, Abril 2016.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Selo Urbano. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**, 2005. Disponível em: <<https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>>. Acesso em: Agosto 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em: Outubro de 2019.

BRASIL, P. D. R. PLANALTO.GOV. **Estatuto da Cidade**, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: Agosto 2019.

BRASIL, P. D. R. PLANALTO.GOV. **LEI Nº 11.888**, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: Abril 2020.

CARDOSO, F. S.; AMORE, C. S. ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL. **XV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona**, p. 1-19, maio, 2018.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. **Mulheres chefes de família no Brasil: Avanços e desafios**. 32. ed. Rio de Janeiro: Escola Nacional de seguros, 2018.

ECONOMIA, M. E. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2018**. Ministério da Economia. [S.l.], p. 25, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais**: espaços de educação não-formal da sociedade civil. Disponível em: < <http://www.universia.com.br>>. Acesso em: Outubro de 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/17270-pnad-continua.html?edicao=24437&t=resultados>>. Acesso em: 29 abril 2020.

IFSULDEMINAS. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Campus Pouso Alegre. **IFSULDEMINAS**, 2020. Disponível em: <<https://portal.poa.ifsuldeminas.edu.br/noticias/manas-ao-trabalho-2>>. Acesso em: Abril 2020.

JOSEFIDES, Alis. Arquitetura social: todos têm direito à habitação. **CAU/RS**, p 1-4, 8 junho. 2017.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência, SP, 1995.

MENDONÇA, Carina Guedes. **Arquitetura Na Periferia**: Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres. Belo Horizonte, 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: Abril 2020.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

ZAULI, et al. **Reflexões sobre diversidade e gênero**. Brasília: câmara, 2013.